



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

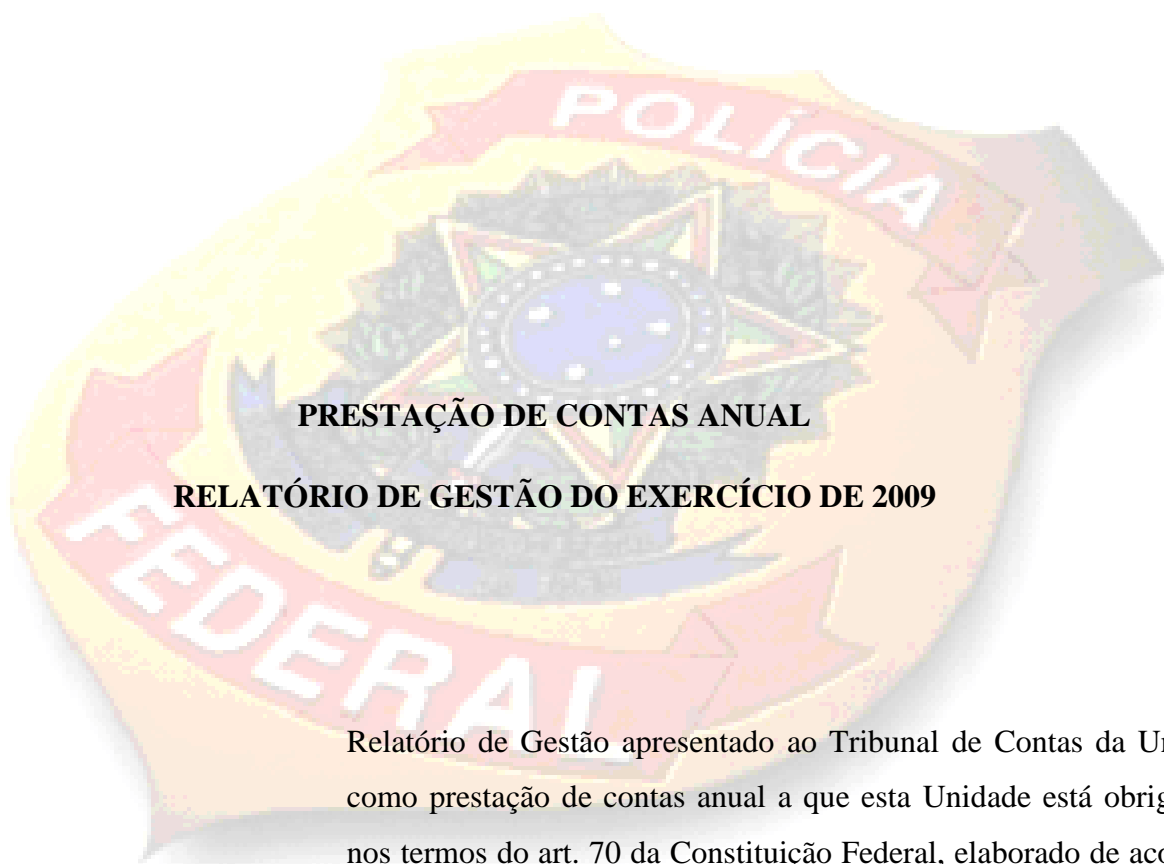


PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA



PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Porto Velho, 30 de março de 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SR/DPF/RO – Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia

DPF/VLA – Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO

DPF/GJA – Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim/RO

DPF/JPA – Delegacia de Polícia Federal em Ji-paraná/RO

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 2 - Dados do Programa 0662	17
Quadro 3 - Dados Gerais da Ação 2679	18
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2720	20
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2726	22
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 4572	29
Quadro 7 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania PRONASCI ..	31
Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 8375	31
Quadro 9 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	33
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2000	34
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2003	37
Quadro 12 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	39
Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação	40
Quadro 14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	42
Quadro 15 - Evolução de Gastos Gerais	46
Quadro 16 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	47
Quadro 17 – Execução física das ações realizadas pela Unidade	49
Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	51
Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	51
Quadro 20 - Contratos de Terceirização	53
Quadro 21 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	60
Quadro 22 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres - Exercício de 2009.....	61
Quadro 23 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	68
Quadro 24 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....	70

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 – Informações Gerais de Identificação	10
2 – Objetivos e Metas	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	13
2.2 – Estratégia de Atuação.....	14
2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....	16
2.3.1 – Programas/Ações	16
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	17
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....	18
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	20
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....	22
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	29
2.3.1.2 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	31
2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	31
2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	33
2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	34
2.3.1.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática	37
2.4 – Desempenho Operacional.....	39
2.4.1 – Evolução das despesas.....	39

2.4.1.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	39
2.4.1.2 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	40
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	42
2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	47
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	49
2.4.2 – Indicadores de desempenho.....	50
2.4.3 – Análise do desempenho.....	50
3 - Recursos Humanos.....	51
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	59
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	60
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres.....	61
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	62
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	63
9 – Renúncia Tributária.....	64
10 – Operações de Fundo.....	65
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	66
11.1 – Recomendações da CGU.....	66
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	66
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009 ..	67
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	68
14 – Outras Considerações.....	69
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	70

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia está estruturada em oito (08) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por três Delegacias de Polícia Federal em Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena, além de quatro (04) bases operacionais, sendo uma em Pimenta Bueno, que atende às questões relacionadas à terra indígena CINTA LARGA e Reserva Roosevelt, outra em Ariquemes, atendendo à demanda da OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, uma terceira base em Costa Marques e a última base em Cerejeiras, ambas com importância no controle de fronteira e repressão ao tráfico de entorpecentes.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede na cidade de Porto Velho, nove (09) Delegacias Especializadas, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, todas subordinadas a Delegacia Regional Executiva. Há que se indicar a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, estas três últimas subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado.

Também faz parte da estrutura da SR/DPF/RO seis (6) Setores e núcleos, citando-os: Núcleo de Operações, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial.

O Estado de Rondônia ocupa posição estratégica no ponto de vista policial à repressão ao tráfico ilícito de drogas. O posicionamento geográfico marcando fronteira com a Bolívia, país produtor de cocaína, em especial pasta base, coloca o Estado de Rondônia como um dos principais corredores de tráfico de drogas com destino a outras unidades da federação, bem como para outros países, o que motiva um firme posicionamento no que se refere às atividades de repressão a tal crime.

Além disso, sua colocação geográfica do Estado de Rondônia em área de interesse ambiental mundial (floresta amazônica), destaca sua importância na atividade policial ao combate aos crimes ambientais, justificando-se a implantação de duas operações policiais permanentes que são desenvolvidas neste Estado, tratando-se das operações ARCO DE FOGO, com base atualmente em Ariquemes e PORTAL, atualmente alocada na cidade de Vilhena. Tais operações, instituídas em locais estratégicos no Estado de Rondônia no que se refere à repressão aos crimes contra o meio ambiente, demonstram os esforços encetados pela Polícia Federal no combate a tal tipo de criminalidade cujas ações repercutem não só nesta região, mas em todo o país e além de nossas fronteiras.

Contudo, as ações da Polícia Federal no Estado de Rondônia não se resumem à árdua e gigantesca tarefa de ações contra criminosos ambientais e traficantes. Atividades de combate à corrupção e a outros delitos cuja atribuição investigativa recaia sobre a Polícia Federal também são enfrentadas em nossa rotina. No ano de 2009 foram dezenove (19) operações policiais contra a corrupção, migração ilegal, desvio de recursos federais, crimes previdenciários, invasão de terras da união etc. Ações que repercutem em óbice a organizações criminosas dedicadas a lesar o erário e bens da União, bem como representam ações de cunho pedagógico, preventivo e repressivo contra a criminalidade, alcançando os objetivos da Polícia Federal neste Estado.

Ressalte-se que não se aplica realidade da UJ nos termos da DN TCU nº 100/2009:

1. Previdência Complementar Patrocinada;
2. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos;
3. Renúncia Tributária;
4. Operações de Fundo;

5. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

E ainda, não ocorreram para o período sob análise:

- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos - 2009
- Recomendações da CGU
- Determinações e Recomendações do TCU

No ano de 2010 a SR/DPF/RO continuará cumprindo com suas atribuições previstas, não descuidando de nenhuma das suas áreas de atuação, mas buscando cumprir os objetivos e metas traçadas, adaptando suas estratégias e ações com os diversos cenários que se formam no país. Neste ano eleitoral, as atenções devem se voltar para a apuração das infrações penais contra a Ordem Política e Social – crimes eleitorais, de responsabilidade, contra a segurança nacional, a ordem política e social - apuração das infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas - contra as normas de licitações, contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, organização criminosa, desvio de crédito e financiamento, contra a ordem econômica, contra a ordem tributária, abuso do poder econômico, o que motivará maior atenção à repressão e prevenção a tais crimes, objetivando resguardar a democracia e a livre vontade de voto. Assim, a estratégia de atuação desta Superintendência passa pela esfera eleitoral, sem se olvidar das importantes atividades de combate à criminalidade organizada em todas as esferas criminais.

Como o estado tem área de fronteiras com a Bolívia, a prevenção e repressão ao tráfico internacional de drogas, armas e munições continuarão sendo feitos com todo vigor. A busca do estreitamento das relações com órgãos das três esferas de poder vai continuar, pois as experiências realizadas mostraram que com a integração e organização, o combate aos grupos criminosos é mais eficiente.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia também atuará nas ações do PRONASCI desencadeadas pelo Ministério da Justiça, contribuindo para prevenir e conter a violência nos centros urbanos.

1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 – Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Rondônia			
Código SIORG: 1156	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200068
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(069) 3216-6200	(069) 3216-6202	(069) 3216-6202
Endereço eletrônico: gab.srro@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Lauro Sodré, 2905 – Tanques, Porto Velho/RO, CEP 76.803-490			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Criação: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76			
Transformada em Superintendência pela: Portaria 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75			
Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200378	Tesouro Nacional
Código SIAFI	Nome
200379	Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - FUNAPOL – SR/DPF/RO

2 – OBJETIVOS E METAS

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da Administração Direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como é o caso da Superintendência Regional do DPF em Rondônia.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003-SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de

Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representacão Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteccão à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado de Rondônia exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscriccão, com as atribuicões de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execuccão das atividades, ações e operações correlatas à atuaccão da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinaccão, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenccão e repressão aos crimes de atribuicão do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuicão do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeccões às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais e ainda adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenccão adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direccão-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituicão:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupccão;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserccão Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuaccão da instituicão se foca no atendimento da MISSÃO da instituicão que é “Manter a lei e a ordem para a preservacão da segurancça pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuicões constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funccões de polícia administrativa e judiciária”.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referencça

mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais à dignidade humana”.

A Superintendência Regional em Rondônia tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, no exercício de 2009 objetivou atuar no combate ao crime organizado, com ênfase na lavagem de dinheiro para descapitalizar os grupos criminosos e no combate a corrupção visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Também, foi objetivo da SR neste exercício, a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes, no controle de armas e emissão de portes, na fiscalização dos produtos químicos controlados, no atendimento aos estrangeiros e na fiscalização da área de segurança privada.

2.2 – Estratégia de Atuação

No exercício de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado de Rondônia abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização promovendo a capacitação dos servidores, de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como: a Polícia Civil, Força Nacional, a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União, a Caixa Econômica Federal.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas.

A Superintendência Regional do Estado de Rondônia coordenou e executou as atividades operacionais e de inteligência policial no âmbito do Estado em consonância com as premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação.

Neste contexto organizacional e estratégico, todas as descentralizadas e delegacias especializadas no Estado de Rondônia estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional atendendo as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

Para alcançar tal desiderato a Superintendência Regional no Estado de Rondônia atuou diretamente nos seguintes pontos:

- Intensificação à repressão ao crime organizado, ações operacionais na área de fronteira com coordenação baseada em mecanismos investigativos e de inteligência policial, ampliando as bases de dados;
- Intensificação das ações de cooperação internacional;
- Esforços no sentido de agilizar os fluxos informativos entre instituições policiais e de inteligência para melhor combater a criminalidade;
- Mobilizar e direcionar o efetivo disponível no Estado, visando fortalecer as ações de combate ao crime organizado, bem como fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a cooperação com a Força Nacional de Segurança Pública, a exemplo do que ocorrem nas operações ROOSEVELT e ARCO DE FOGO;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;

O aumento do número de meios, principalmente no que diz respeito à aquisição de armamento e munição, viaturas e equipamentos para a área técnica-científica e mobiliário para as Descentralizadas, foi um fator que veio de encontro à crescente necessidade de preparo e condições frente ao aumento da criminalidade. Em face aos recursos financeiros escassos no ano, foram atendidas em parte as demandas do dia-a-dia dos policiais federais e das atividades técnico-administrativas, necessitando ainda de um incremento no que diz respeito aos equipamentos individuais (coletes balísticos, por exemplo) e coletivos, e também na manutenção, especialização e aprimoramento dos servidores. As ações de capacitação melhoraram no período, com o planejamento de cursos, participação em seminários, educação e ensino à distância, mas precisam ser mais difundidas, para motivar os servidores a participação.

O acréscimo no número de policiais foi significativo, ainda que exista uma demanda crescente de trabalhos e conseqüentemente de servidores. Foi realizado concurso para formação de 200 (duzentos) agentes e 400 (quatrocentos) escrivães, cujo curso está em andamento. Segundo as informações da Diretoria de Gestão de Pessoal, os novos policiais serão empossados na região Amazônica e de fronteiras. Na área técnico-administrativa continuamos com grande carência de recursos humanos, pois não houve a realização de concurso para o preenchimento dos quadros e a evasão dos que tomaram posse no concurso realizado em 2004 é muito grande. A grande procura pelo documento de passeaporte e também nas ações da Campanha do Desarmamento evidenciou que existe uma grande necessidade de servidores. Assim como se pode observar a demanda nos trabalhos das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Rondônia, e principalmente no interior

do estado. Os deslocamentos de pessoal, com gastos com diárias e passagens, foram necessários para participação nos trabalhos de investigação, nas operações e desenvolvimentos das demais atividades no âmbito da Superintendência e também do DPF como um todo.

Continuamos com a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores, dentre outros.

Essa Superintendência Regional de Rondônia também executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, na qual podemos destacar a instauração de 164 processos de pagamentos de indenização que resultaram no montante indenizado de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, bem como modernização de equipamentos de Informática, frente às novas tecnologias, e ainda, considerando terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo, etc.

Recursos foram destinados às ações de combate às fraudes de natureza previdenciária do programa de Gestão da Política de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, provenientes de convênio realizado pela Direção Geral do DPF.

Consoante a IN 12-DG/DPF, 06 de junho de 2005, que define as atribuições das Forças-Tarefas Previdenciárias, em seu artigo 2º, cabe as FTPrev: *combater grupos, quadrilhas e organizações criminosas que atuem em detrimento da Previdência Social, com a conseqüente instauração de procedimentos policiais cabíveis ao fato delituoso.*

Para alcançar sua finalidade, a Força-Tarefa Previdenciária buscou coordenar uma atuação conjunta entre os órgãos do DPF, MPF e MPS proporcionando análises de informações, realização de pesquisas e diligências de inteligência, com o fim de atuar com eficiência técnica na prevenção e repressão a crimes previdenciários.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, temos o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 2 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Ney Ferreira de Souza
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo¹	Descrição da Ação

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 3 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, não permitindo sua utilização na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa

Unidades executoras	200379
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Programa/Ação			Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
0662	2679	200379	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS	87.855,85	87.855,85	87.855,85

Obs. Não ocorreram despesas executadas por inscrição em RP não processados nesta ação para o período de 2009.

DESPESAS DETALHADAS: DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	40.573,47	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.067,63	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	35.243,63	28,88

Nesta ação foram descentralizados recursos no valor de R\$ **87.884,73** (oitenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos)), liquidados R\$ 87.855,85 (oitenta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), utilizados nas operações de fiscalização e controle, como exemplo:

- Operação Seis Fronteiras: fiscalização conjunta, voltada para precursores químicos, da área de fronteira de Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela, em que são realizadas ações de grande vulto duas vezes ao ano.

Recursos materiais e humanos foram utilizados como insumos nas operações, como bens permanentes usados (armamento, viaturas, etc.) e de consumo (combustíveis, papel, munição e outros), além do pessoal envolvidos nas atividades.

Quadro Demonstrativo das Atividades

Exercício	Empresas Cadastradas	Licenças Emitidas	Licenças Renovadas
2007	5	13	23
2008	21	21	23
2009	21	24	23

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200379
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA/AÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS
2720	SR/200379 AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	45.648,09	45.648,09	45.648,09

Obs. Não ocorreram despesas executadas por inscrição em RP não processados nesta ação para o período de 2009.

DESPESAS DETALHADAS: DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.524,88	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.123,21	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	29.000,00	0,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	0,00

Foram realizados trabalhos de inteligência policial, com uso de recursos financeiros no total de 45.648,09 (quarenta e cinco mil seiscientos e quarenta e oito reais e nove centavos), na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso onde predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Os recursos materiais utilizados foram os disponíveis para as atividades finalísticas da Polícia Federal, como armamento, coletes balísticos, munição, viaturas, etc., os da atividade de suporte às operações, computadores e material de expediente, por exemplo, ligados a área de inteligência. Os recursos humanos envolvidos na ação foram os que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas do Poder, e ações integradas nos trabalhos foram fatores que contribuíram para o alcance dos resultados desejados.

O correspondente a 100% dessas despesas foi realizado pela Unidade Gestora da própria SR, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro de todas as delegacias descentralizadas e de todas as delegacias especializadas.

As operações de caráter sigiloso quais sejam, DA SHAN (DRCOR), ABATE (DRCOR) e NOVO ELDORADO (DRE) tiveram despesas custeadas com Verba Secreta - VS, em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 009/2008 (29/04/2008) e Instrução Normativa nº 11/2009 (09/11/2009).

Cumpré destacar as Operações desenvolvidas e/ou acompanhadas pelo Núcleo de Inteligência Policial no ano de 2009:

1. OPERAÇÃO FARRA DAS RIFAS – Deflagrada em 25/06/2009

2. OPERAÇÃO ÁRTICO – Deflagrada em 29/07/2009:

3. OPERAÇÃO ABATE – Deflagrada em 17/06/2009:

Além do acima exposto, houve acompanhamento constante no que tange às investigações de contra-inteligência, bem como às solicitações do GAB/SR/DPF/RO e apoio aos SIP's, NIP's e a DIP, no atendimento aos pedidos de inteligência e demais solicitações e quando necessário prestado apoio aos integrantes da Comunidade de Inteligência e às Delegacias desta Regional no combate ao crime organizado, tráfico de drogas nacional e internacional, crimes ambientais e demais delitos.

Por fim, com relação ao efetivo que compõe o Núcleo de Inteligência Policial, cabe informar que no ano de 2007 e 2008 contava com 03 (três) agentes de polícia federal, sendo que no ano de 2009 houve aumento no efetivo, contando atualmente com 05 (cinco) agentes de polícia federal. Apesar do efetivo ter aumentado em 02 (dois) policiais federais cabe lembrar que o estado de Rondônia é região estratégica no cenário nacional com a construção das hidroelétricas de Jirau e Santo Antonio, bem como compõe a Amazônia Legal. Notou-se ainda, significativamente, o aumento populacional na capital do estado nos últimos três anos. Considerados todos estes fatores que aumentam a demanda das atividades do NIP/SR/RO, acabam por ocasionar a necessidade de investimentos na área de recursos humanos.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra

	<p>as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200379

Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)
-----------------------------	------------------------------

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA/AÇÃO - UG	PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	POR INSC. EM RP NÃO-PROC	
2726	200379	PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA	2.750.153,06	2.734.550,54	2.734.550,54	15.602,52

DESPESAS DETALHADAS: DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.157.748,60	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	287.418,42	2.514,28
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	93.282,98	7.480,90
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	206.348,16	6.169,58
339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB OP. INTRACORPORATIVAS	6.475,14	558,00
TOTAL		2.751.273,30	16.722,76

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados à área finalística da SR/DPF/RO. Restaram empenhados R\$ 2.750.153,06, que corresponde a mais de 99% do total liquidado e pago dentro do próprio exercício.

Foram realizadas operações policiais, dentre elas - **ABATE, DA SHAN, NOME LIMPO, STONES, bem como Operação para alvo específico da DELEMAPH, 5 (cinco) operações para alvos específicos da DELEFAZ, 1 operação para alvo específico da DELEPREV**, com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado.

As atividades do SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO (setor que melhor reflete a produção dos trabalhos desenvolvidos pelas delegacias, uma vez que a este setor são destinados os produtos oriundos de apreensões em operações e missões realizadas no âmbito da SR/DPF/RO e suas descentralizadas) no ano de 2009 foram registrados resultados significativos quando comparados àqueles obtidos em anos anteriores, mensurados por números e participações relevantes, tendo sido emitido pelo Setor Técnico-Científico e pela unidade técnica científica da delegacia de Vilhena/RO mais de 1.035 (mil e trinta e cinco) laudos.

A quantidade de IPL's relatados em 2009 teve seu percentual reduzido em 4% (quatro por cento), passando de 685 IPL's no exercício anterior para 662 no exercício analisado.

Foram cumpridos mais de 850 mandados de busca e apreensão pelos Núcleos Operacionais das diversas delegacias, além da execução de mais de 1.500 prisões autorizadas pela Justiça.

No tocante as Unidades Descentralizadas, ressalte-se que todas participaram dos trabalhos das Operações a seguir destacadas - **Operação VIGILANTE** (out/09), **Operação PACARANA** (dez/09) - repressão à extração ilegal de madeiras no distrito de Boa Vista de Pacarana, **Operação BRABO** (jan a dez/09), **Operação ARCO DE FOGO** (jan a dez/09), **Operação ROOSEVELT** (jan a dez/09), **Operação PORTAL** (jan a dez/09).

Resumidamente a Delegacia de Polícia Federal em Vilhena/RO além da participação dos trabalhos citados acima, deflagrou em 2009: a Operação **RIBEIRINHA** (mar/09) – operação ostensiva de repressão a diversos crimes no Rio Guaporé tendo como base o CONFRON-Pimenteiras, e Operação **ADAMAS** (out/09) – prisão de envolvidos em quadrilha especializada no furto e recepção de pedras preciosas extraídas da Reserva Roosevelt.

Quanto aos IPL's:

ÍNDICES/ITEM	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Quantidade de IPL's instaurados	248	287	267
Quantidade de IPL's relatados	211	259	230
Quantidade de IPL's em andamento	143	244	365

Foram expedidos por essa Descentralizada em 2009: 588 passaportes, 20 carteiras de estrangeiros no que se referem às atividades de Delegacia de Imigração. E ainda, em decorrência da repressão ao tráfico de drogas foram presos 45 indivíduos.

Ao longo do exercício, 30 servidores foram capacitados e/ou participaram de processo de reciclagem em diversas áreas de atuação tais como, Inteligência Geográfica (03), Sobrevivência pelo EB (01), Equipamentos discretos (01), Radioproteção e Monitoração (01), I Curso de Análise Financeira e Investigação em Lavagem de Dinheiro (01), Treinamento de I2 – Módulo Norte/Nordeste (01), Off-road (09), SINARM (02), Cintepol (01), Oficina Regional sobre Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual e Laboral (01), Curso de Controle de Produtos Químicos (02), Curso Avançado de Perícias em Informática (01), Treinamento de I2 (01), Curso Avançado de Representação Facial (01), Treinamento sobre os Equipamentos Discretos (01), Técnicas de investigação em Desvio de Produtos Químicos (01), Controle Administrativo de Produtos Químicos (01), I Curso Operacional de Combate ao Trabalho Escravo (01).

Contando essa Descentralizada em 2009 com efetivo superior aos anos anteriores, conforme segue:

Item	Efetivo					
	DPF	APF	EPF	PPF	PCF	ADM
2007	4	15	4	1	-	2
2008	4	15	2	1	-	2
2009	6	28	3	1	6	2

A Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO no ano de 2009 deflagrou e/ou participou ativamente ainda das Operações **PÉROLA** (set/2009), Operação **VARREDURA**, Operação **TURKO** (jun/09), Operação **BORDUNA** (desvio de verbas públicas oriundas de convênios firmados com a União), Operação **PELO CANO** (desvio de recursos federais de obras públicas - construção de estação de saneamento básico) e Operação **PALMARES** (desvio de recursos federais provenientes de convênios).

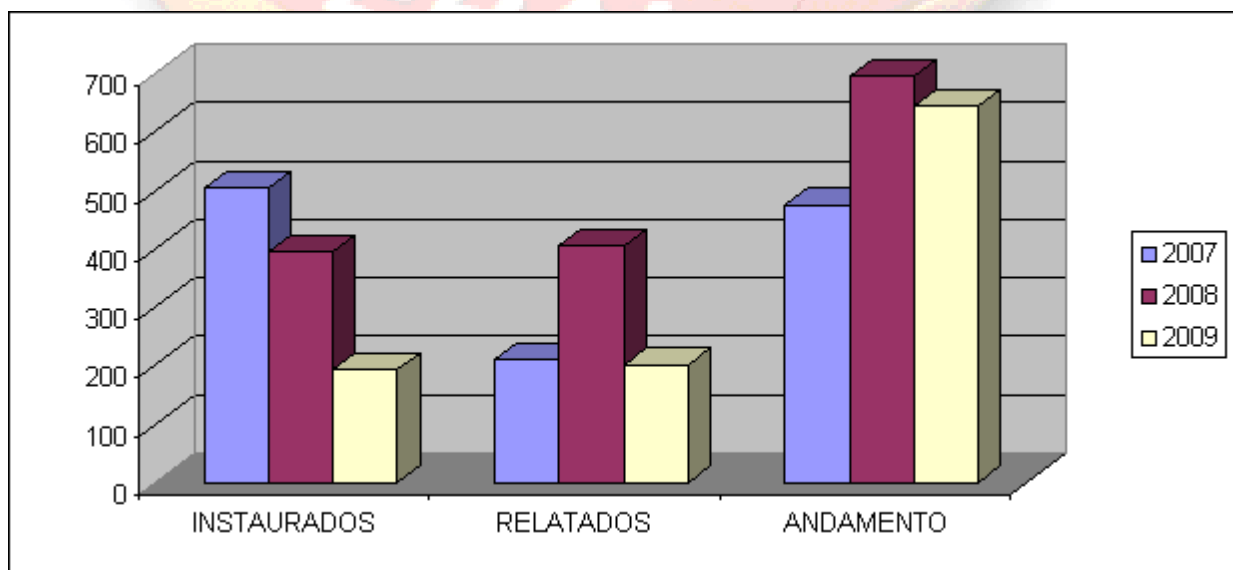
No exercício sob análise, 19 servidores foram capacitados, e/ou participaram de processo de reciclagem em diversas áreas de atuação tais como, Curso sobre controle e fiscalização de produtos Químicos (02), Curso de Adaptação a Selva, ministrado pelo Exército (01), Curso Operacional de Combate ao Trabalho Escravo (01), Curso Segurança Aeroportuária ministrado pela INFRAERO (01), Curso sistema CPGF/ENAP (01), Treinamento Módulo Usuário Região Norte/Nordeste (01), Curso de condutores de embarcações (01), I Encontro Projeto Tentáculos (02), I Fórum de Práticas Policiais para Combate ao Trabalho Forçado Infantil (01), Controle de Produtos Químicos (01), Curso Operador de Taser (02), Treinamento sobre equipamentos discretos (01), Curso de Adaptação a Selva ministrado

pelo CIAPA (01), Treinamento Investigação de Desvio de Produtos Químicos (01), I Curso de Análise Financeira e Lavagem de Dinheiro (01).

Foram expedidos em 2009 pela DPF/JPA/RO: 2.258 passaportes, sendo 144 Expedidos com taxa em dobro bem como 19 carteiras de estrangeiros no tocante as atividades de Delegacia de Imigração.

ÍNDICES/ ITEM	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Quantidade de IPL's instaurados	504	394	193
Quantidade de IPL's relatados	210	405	202
Quantidade de IPL's em andamento	474	694	643

Depreendemos dos dados acima, que há um aumento ano a ano da produtividade na relação de inquéritos instaurados/relatados, senão vejamos: no ano de 2008 foram relatados 195 apuratórios a mais em relação a 2007, significando um percentual 92,86%. Já no ano de 2009 foram relatados 203 inquéritos a menos, porem mantendo-se o INDICE POSITIVO de produtividade, uma vez que os inquéritos relatados superaram os instaurados desde o ano de 2008, alcançando o percentual positivo de 4,66% no ano de 2009 e, ainda, baixando os IPL's em andamento em 7,35% em relação a 2008.



Fonte: SINPRO/SISCART

A Delegacia de Polícia Federal em Guajará-mirim em Rondônia, no ano de 2009 procedeu a fiscalização de 4 (quatro) empresas nos trabalhos da Operação Seis Fronteiras. Além das operações acima citadas, atuou na Operação SEIS FRONTEIRAS e ainda em outra Operação em conjunto com a ANVISA – na fiscalização de farmácias.

No ano sob análise, essa Descentralizada teve um aumento de 62,3% de IPL's relatados, em relação ao ano de 2008.

ÍNDICES/ ITEM	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
Quantidade de IPL's instaurados	110	247	237
Quantidade de IPL's relatados	89	146	237
Quantidade de IPL's em andamento	63	117	188

Foram expedidos pela DPF/GJA/RO em 2009: 568 passaportes, 309 carteiras de estrangeiros, realizadas 04 deportações, 09 expulsões no tocante as atividades de Delegacia de Imigração.

No interesse daquela Descentralizada e DPF, restaram capacitados 30 servidores nos Cursos de Adaptação a Selva, Curso de uso de Binóculos, Curso de Inteligência Geográfica, Curso de Proteção ao Depoente Especial, Curso de Habilitações Fluviais, Curso de Condutores de Embarcações do Serviço Público, Curso de Operação Aerotática, Curso Especial de Condutores de Embarcações, Curso de Direção Operacional Off-Road, Curso de Combate a Pornografia Infantil na Internet, Curso do uso do Sistema SINTEPOL, Seminário Anti-Drogas, Treinamento Sistema I2 – módulo de usuário Norte/Nordeste, Treinamento em Técnicas de Investigação de desvios de Produtos Químicos, Treinamento sobre Equipamentos Discretos, Curso de Operador Taser, Curso de Controle de Produtos Químicos, Curso de Operações Aerotática, Oficina regional sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual.

Se comparado aos exercícios anteriores, o plano de capacitação aumentou em 7% relacionado ao ano de 2008 e 50% se relacionado ao ano de 2007.'

No ano de 2009 Também foram instaurados 10 IPL's para apurar fraudes em processos licitatórios em Nova Mamoré/RO.Com a chegada dos novos Delegados, relatou-se uma grande quantidade de IPL's (108%).

Item	Efetivo					
	DPF	APF	EPF	PPF	PCF	ADM
2007	02	16	05	01	-	04
2008	03	16	04	-	-	02
2009	03	21	03	-	-	02

Apesar do aumento do efetivo da Delegacia, se comparado aos anos anteriores, não houve aumento na apreensão de drogas tendo em vista a precariedade do equipamento de monitoramento, bem como a descentralização de diversos serviços da SR para a Descentralizada.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200379
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA/AÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS	DESPESAS	VALORES PAGOS
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	

4572	200379	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	1.980,00	1.980,00	1.980,00
------	--------	--	----------	----------	----------

Obs. Não ocorreram despesas executadas por inscrição em RP não processados nesta ação em 2009.

DESPESAS DETALHADAS: DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.980,00	0,00

No exercício de 2009 os servidores da SR/DPF/RO e suas Descentralizadas participaram de diversas ações de capacitação, dentre os quais merecem destaques os treinamentos ofertados aos servidores pela ANP e os derivados do convênio firmado entre o DPF e a ENAP – Escola Nacional de Aprendizagem.

Consta apenas a execução de R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais) pela SR/DPF/RO em razão da realização orçamentária ser processada, diretamente, pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

Os recursos utilizados foram os que envolveram passagens aéreas e pagamento de diárias, quando o curso foi realizado fora da unidade de lotação. Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, mais de 100 servidores puderam realizar cursos, participando do EAD – Educação e Ensino à Distância, componente do PRONASCI. Uma parceria que gerou bons resultados, pois são cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade, sendo necessário apenas um terminal de computador ligado à internet e dedicação de tempo do servidor.

Cabe mencionar ainda que a lentidão no procedimento de autorização para participação nas ações de capacitação proposta pela unidade e a conseqüente demora na liberação dos recursos necessários para confirmação de matrículas, impede uma maior participação nos eventos em comento pelos servidores da SR/DPF/RO.

2.3.1.2 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 7 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Ney Ferreira de Souza
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 8 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo.

	Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200378
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

Na Ação 8375 - Campanha de Desarmamento, foram empenhados R\$ 21.481,88, tendo sido 100% liquidado e pago dentro do próprio exercício.

No Estado de Rondônia a Polícia Federal instaurou 164 processos de indenização referente à campanha do desarmamento em 2009, os quais perfizeram o montante de **R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais)**, tendo sido adotadas ainda iniciativas de interiorização das Campanhas.

PROGRAMA/AÇÃO - UG		PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS
8375	200378	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	21.481,88	21.481,88	21.481,88

Obs. Não ocorreram despesas executadas por inscrição em RP não processados nesta ação em 2009.

DESPESAS DETALHADAS: 200379 – DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
---------------------	-----------	----------------	------------------------

339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.981,88	0,00
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.000,00	1.500,00

2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Foram duas ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional em 2009, dentro deste programa: Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade e a Ação 2003 – Ações de Informática.

O programa 0750 – Apoio Administrativo corresponde a maior parte dos recursos destinados a manutenção da SR, de suas Descentralizadas, Posto Avançado em Pimenta Bueno e respectivas Bases Operacionais no tocante a manutenção destes bem como apoio às atividades finalísticas da Unidade.

Quadro 9 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Ney Ferreira de Souza
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação</p>

	de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200378 e 200379
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA/UG		PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	POR INSC EM RP NÃO-PROC
2000	200378	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	7.213.929,68	6.644.041,05	6.235.215,67	569.888,63
2000	200379	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	59.819,45	59.819,45	59.819,45	-
TOTAL EM R\$			7.273.749,13	6.703.860,50	6.295.035,12	

Na Ação 2000 - Administração da Unidade, foram empenhados mais de sete milhões de reais no transcorrer do exercício de 2009, correspondente a R\$ 7.213.929,68 na UG 200378 e R\$ 59.819,45 na 200379, os quais totalizam R\$ 7.273.749,13. Tendo sido liquidado nas duas UG's o correspondente a R\$ 6.703.860,50 e pagos dentro do próprio exercício R\$ 6.295.035,12.

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso de frota veicular da PF, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias, pagamento de diárias e passagens e outras.

A análise dos gastos se evidencia quando observadas as despesas que compreenderam os destinatários dos recursos, cujas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, contínuos, telefonistas, copeiragem, lavador e manutenção

predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são os diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

DESPESAS DETALHADAS: 200378 – DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	13.368,68	0,00
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	9.081,63	0,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	337.331,04	2.768,35
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.110.242,00	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	611.173,66	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	29.861,94	0,00
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.439.362,79	0,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.696.173,90	0,00
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	190,00	0,00
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	44.269,69	0,00
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	270.369,17	0,00
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC	12.694,24	0,00
339192	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	873,80	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	71.816,86	0,00

DESPESAS DETALHADAS: 200379 - DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
339030	MATERIAL DE CONSUMO	50.823,98	9.229,50
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.880,00	0,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	22.333,79	6.988,82

2.3.1.3.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200378
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

PROGRAMA/UG		PROJETO/ATIVIDADE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES	POR INSC. EM RP NÃO-PROC
2003	200378	AÇÕES DE INFORMÁTICA	299.985,60	57.336,60	57.336,60	242.649,00

Nesta ação foi empenhado o correspondente a **R\$ 299.985,60** (duzentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) sendo inscrito em restos a pagar o valor de **R\$ 242.649,00** (duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e quarenta e nove reais), em razão de a aquisição ter sido realizada em 2009 e os equipamentos serem entregues tão somente no exercício de 2010.

Ressalte-se que os investimentos na área de informática/tecnologia da informação sofreram contingenciamento pelo órgão central, que optou pela centralização das aquisições.

Para o exercício de 2010 todo o recurso destinado para a área de Tecnologia da Informação (TI) foi destacado da ação Administração da Unidade para a ação Ações de Informática.

DESPESAS DETALHADAS: 200378 – DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	57.336,60	0,00

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 12

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - 200378

Natureza da Movimentação de Crédito		UG recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			13.368,68		6.865.481,75
Natureza da Movimentação de Crédito		UG recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			660.815,08		

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - 200379

Natureza da Movimentação de Crédito		UG recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					2.467.967,97
			Classificação da ação	Despesas de Capital		

Natureza da Movimentação de Crédito		UG recebedora		4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			46.400,00		

2.4.1.2 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação

UG 200378

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite		-		-
Tomada de Preços		-		-
Concorrência		-		-
Pregão		5.179.621,78		5.179.621,78
Concurso		-		-
Consulta		-		-
Contratações Diretas				
Dispensa		627.262,58		627.262,58
Inexigibilidade		216.865,69		216.865,69
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		-		-
Pagamento de Pessoal				

Pagamento em Folha¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias				
Outros				

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

UG 200379

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	513.976,70	679.826,53	513.976,70	679.826,56
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias				
Outros				

Não se aplica		2.250.027,37		2.250.027,37
---------------	--	--------------	--	--------------



2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 14 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

UG 200378

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal								
08. Outros Benefícios Assistenciais	-	13.368,68	-	13.368,68	-	-	-	13.368,68
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes								
14. DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	304.602,66	337.740,56	304.602,66	337.544,57	-	195,99	304.602,66	337.544,57
30. MATERIAL DE CONSUMO	1.627.551,97	1.179.821,96	1.200.537,33	1.110.242,00	427.014,64	69.579,96	1.200.537,33	1.001.558,23

33. PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	634.207,40	618.481,56	618.291,07	611.178,66	15.916,33	7.307,90	618.288,60	550.667,00
36. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	40.660,28	29.861,94	40.660,28	29.861,94	-	-	40.660,28	29.861,94
37. LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.005.246,39	2.439.362,79	1.949.570,32	2.439.362,79	55.676,07	-	1.948.326,64	2.305.240,63
39. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.937.592,74	1.921.741,93	1.602.393,63	1.717.949,77	335.199,11	203.792,16	1.582.400,09	1.612.436,98
47. OBRIG. TRIB. E CONTRIB - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.940,00	190,00	1.940,00	190,00	-	190,00	1.940,00	190,00
92. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.913,45	45.143,49	9.913,45	45.143,49	-	-	9.913,45	45.143,49
93. INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	265.943,76	288.869,17	264.901,40	288.869,17	1.042,36	-	264.901,40	288.869,17

UG 200379

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes								
14. DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	1.756.667,59	2.222.449,47	1.756.667,59	2.206.846,95		15.602,52	1.756.667,59	2.206.746,95
30. MATERIAL DE CONSUMO	452.616,83	344.689,46	433.436,44	344.689,46	19.180,39		433.436,44	344.689,46
33. PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15.434,46	-	15.434,46	-	-	-	15.434,46	-
36. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	185.060,56	152.896,83	183.060,58	152.896,83	2.000,00	-	183.060,58	152.896,83

39. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	329.891,32	219.503,55	325.776,96	219.503,55	4.114,36	-	325.776,96	219.503,55
47. OBRIG. TRIB. E CONTRIB - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.974,70	5.917,14	17.974,70	5.917,14	-	-	17.974,70	5.917,14



Quadro 15 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	479.340,25	624.557,40	618.481,56
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	2.160.884,67	2.052.732,20	2.560.190,03
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	38.644,32	35.825,63	34.186,78
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	852.081,30	1.026.330,69	1.240.931,74
3.3 Tecnologia da Informação	-	-	-
a. Outras Terceirizações			
Manutenção de bens imóveis	220.977,18	346.000,00	418.854,46
Apoio Técnico Operacional	124.349,99	632.115,70	779.576,59
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	0,00	513.976,70	679.826,56
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.105.000,00	324.409,00	0,00
TOTAIS	2.820.393,04	5.555.947,32	6.332.047,72

Da análise da evolução dos gastos desta UJ (quadros 14 e 15) podemos observar que houve um acréscimo nos gastos com diárias, ocorrido em razão do reajuste imposto pelo Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009.

O acréscimo no valor dos gastos com serviços terceirizados ocorreram principalmente em função das repactuações procedidas nos termos do art. 37 e ss da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações - Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UG 200378

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos								
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	332.698,87	660.815,08	110.628,07	129.153,46	222.070,80	531.661,62	110.628,07	129.153,46
5 - Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

UG 200379

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos								
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	114.432,40	-	-	-	114.432,40	-	-	-
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – OP. INTRA-ORC	2.732.695,07	-	6.012,57	-	2.726.682,50	-	6.012,57	-
5 - Inversões Financeiras								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 17 – Execução física das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	NA	NA	NA	NA	6.235.215,67	NA	
06	126	0750	2003	A	3	NA	NA	NA	NA	57.336,60	NA	
06	422	1453	8375	A	3	NA	NA	NA	NA	21.481,88	NA	
06	122	0750	1k69	A	3	NA	NA	NA	NA	59.819,45	NA	
06	125	0662	2679	A	3	NA	NA	NA	NA	87.855,85	NA	
06	128	0662	4572	A	3	NA	NA	NA	NA	1.980,00	NA	
06	181	0662	2726	A	3	NA	NA	NA	NA	2.734.550,54	NA	
06	183	0662	2720	A	3	NA	NA	NA	NA	45.648,09	NA	

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Tal atribuição está a cargo do Órgão Central para implantação.

2.4.3 – Análise do desempenho

A atividade policial é diferenciada de outros segmentos da administração pública. Retratando desta forma, a dificuldade em se mensurar e estabelecer indicadores objetivos para descrever os resultados atingidos pela atividade-fim. O que diferentemente podemos demonstrar pelos resultados na atividade-meio onde fica visível a transformação por que passa a SR/DPF/RO, haja vista que os recursos alocados para as melhorias das condições de trabalho dos servidores e atendimento ao público foram efetivamente aplicados de forma consciente e em sua totalidade, o que fatalmente vem refletindo no desempenho operacional da Polícia Federal neste Estado, tornando-a cada vez mais eficiente, eficaz e efetiva.

No aspecto dos recursos humanos, o efetivo de servidores policiais e administrativos encontra-se prejudicado e insuficiente para cumprir todas as atribuições da Polícia Federal.

Há também a necessidade de dotar a SR/DPF/RO de recursos logísticos com a aquisição de novas viaturas (fluviais e terrestres), equipamentos de informática e de telefonia, mobiliários e armamentos.

Em uma análise geral, verifica-se que apesar de todos os contratemplos e dificuldades econômicas pela qual esta unidade gestora foi submetida no exercício de 2009, a mesma não deixou de cumprir com sua missão institucional dentro da política de segurança pública no estado de Rondônia e conseqüentemente no país que, numa síntese do que dispõe as diretrizes do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal, compõe-se de levar à população deste estado, condições para o desenvolvimento das ações de crescimento com cidadania.

3 - RECURSOS HUMANOS

Quadro 18 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários			Não há informação¹
Próprios	287	287	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	0	0	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	81	81	
Total	368	368	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 19 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	262	199.834.107,35	-	1.856.400,48	38.117,75	512.179,76
2008	268	28.721.918,72	-	2.357.666,72	51.834,37	541.018,10
2009	287	33.549.823,00	-	1.252.256,98	154.233,08	537.945,24
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0					
2008	0					

2009	0							
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0							
2008	0							
2009	0							
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	1.073.058,48	-	124.349,99	-	-	27	120.417,92
2008	-	1.373.130,69	-	632.115,70	-	-	22	126.311,87
2009	57	1.659.786,20	24	779.576,59	-	-	25	115.951,78

Fonte: SIAPE

A incidência das constantes remoções dos servidores para outros estados, em especial no que concerne à atividade fim, pois é a qual sempre existem vagas destinadas ao concurso de remoções (realizado por duas vezes a cada ano), motivadas principalmente pela localização física desta Regional (considerada distante) em relação às demais regiões do país, onde acarreta o esvaziamento da lotação, elevando consideravelmente a carga de trabalho dos que nela permanecem. Com relação aos servidores da atividade meio, a principal dificuldade detectada diz respeito à questão salarial, pois não corresponde ao desejado pela categoria. É sintomático desta afirmação que dos quatorze servidores da carreira administrativa que tomaram posse na Superintendência deste estado, oriundos do concurso realizado no ano de 2004, 03 (três) já deixaram o órgão em razão de vacância, sendo que a grande maioria dos remanescentes deste grupo, que em sua quase totalidade detém formação superior, constantemente tem realizado concursos públicos almejando ingressar em outras categorias do serviço

público. Cabe registrar que daqueles quatorze servidores mencionados, somente a metade destes permanece nesta regional, pois os demais, como já dito, foram removidos ou saíram do órgão. Pertinente informar também que, a cada ano, grande parte dos servidores da área meio estão se aproximando do tempo para se aposentar, tal situação é tão crítica, que merece destaque.

Quadro 20 – Contratos de terceirização

ITEM	CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	OBJETO	VIGENCIA DO CONTRATO		VALOR ANUAL
				INICIO	FIM	R\$
1	002/2005	IMPrensa NACIONAL 04.196.645/0001-00	Publicação de matérias oficiais no DOU	01/01/2009	31/12/2009	10.000,00
2	007/2005	FORTESUL SERVIÇO DE VIGILANCIA 02.576.238/0004-38	Prestação de serviços de vigilância armada e uniformizada 24 horas	01/01/2009	31/12/2009	798.096,00
3	013/2005	CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA 07.223.878/0001-35	Transporte de mobiliário e cargas em geral	01/01/2009	31/12/2009	48.000,00
4	030/2005	CERON 05.914.650/0001-66	Fornecimento de energia elétrica	01/01/2009	31/12/2009	500.000,00
5	014/2006	EBC 00.464.073/0001-34	Publicação de avisos em geral em jornais locais	01/01/2009	31/12/2009	10.000,00
6	019/2006	BRASILTELECOM	Serviço de telefonia local e longa	01/01/2009	31/12/2009	409.052,13

		76.535.764/0001-43	distancia nacional			
7	002/2007	BRASILTELECOM 76.535.764/0001-43	Serviço de telefonia local e longa distancia internacional	01/01/2009	31/12/2009	122.754,69
8	003/2007	VIVO S/A 02.449.992/0105-50	Serviços de telefonia móvel para atender a SR/DPF/RO	01/01/2009	31/12/2009	11.992,50
9	004/2007	VIVO S/A 02.449.992/0105-50	Serviços de telefonia móvel para atender a Operação Roosevelt em Pimenta Bueno/RO	01/01/2009	31/12/2009	30.000,00
10	005/2007	L DOS SANTOS DA SILVA- ME 07.451.620/0001-96	Serviços de confecção de cópias de chaves em geral e abertura de portas	01/01/2009	31/12/2009	18.085,98
11	014/2007	DENIVALDO DOS SANTOS PAES 046.331.489-15	Locação de imóvel para atender a Base Operacional da Operação Roosevelt em Pimenta Bueno/RO	01/01/2009	31/12/2009	20.000,00
12	019/2007	HCR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 08.808.437/0001-68	Prestação de serviços de apoio administrativo recepcionistas	01/01/2009	31/12/2009	418.858,44
13	020/2007	ELETROPORTO SERVIÇOS LTDA-ME 04.844.192/0001-73	Prestação de serviços de apoio de suporte em informática	01/01/2009	31/12/2009	350.790,36
14	021/2007	FOCCUS ADMINISTRADORA DE	Prestação de serviços de apoio em informática com fornecimento de	01/01/2009	31/12/2009	258.954,00

		SERVIÇOS LTDA 05.897.975/0001-88	mão de obra de digitadores			
15	030/2007	HCR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO 08.808.437/0001-68	Serviços de manutenção predial com fornecimento de mão de obra	01/01/2009	31/12/2009	346.800,00
16	TERMO DE CONVÊNIO 001/2008	CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA- ESCOLA 61.600.839/0001-55	Convênio para realização de estágio	28/07/2008	27/07/2009	20.000,00
17	002/2008	FOCCUS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 05.897.975/0001-88	Serviços de limpeza e conservação	01/01/2009	31/12/2009	409.345,56
18	007/2008	MICROLINE INFORMÁTICA LTDA-ME 84.629.278/0001-12	Manutenção preventiva e corretiva de impressoras e copiadoras	01/01/2009	31/12/2009	26.211,94
19	11/2008	TICKET SERVIÇOS S/A 47.866.934/0001-74	Gerenciamento da frota de veículos com fornecimento de combustível	01/01/2009	31/07/2009	747.158,92
20	017/2008	CCI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ITAPORANGA LTDA 01.282.343/0001-59	Fornecimento de combustível óleo diesel para abastecer os motores geradores da Base Operacional da Roosevelt em Pimenta Bueno/RO	01/01/2009	31/12/2009	88.974,48

21	018/2008	F R DE AGUIAR SANTANA CIA LTDA ME 84619402/0001-69	Recarga de cartuchos e remanufatura de tonners	01/01/2009	31/12/2009	18.708,00
22	020/2008	EBCT - EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS 34.028.316/0027-42	Serviço de malote	01/01/2009	31/12/2009	15.000,00
23	021/2008	EBCT - EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS 34.028.316/0027-42	Serviço de prestação de sedex	01/01/2009	31/12/2009	15.000,00
24	024/2008	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DE RONDONIA - CAERD 05.914.254/0001-39	Fornecimento de água potável	01/01/2009	31/12/2009	84.000,00
25	002/2009	PACHECO & CIA LTDA - ME 05.006.438/0001-09	Manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de condicionadores de ar	01/01/2009	31/12/2009	101.862,00
26	003/2009	JRP GUIMARAES 63.774.665/0001-72	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da SR/DPF/RO Porto Velho	26/04//2009	26/04/2010	229.068,00
27	004/2009	SOUZA E CARVALHO LTDA 22.862.569/0001-07	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da SR/DPF/RO Porto Velho	26/04//2009	26/04/2010	130.320,00

28	005/2009	RONDONORTE COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA 34.777.714/0001-22	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da Base Operacional do DPF em Pimenta Bueno/RO	29/05/2009	30/05/2010	92.330,00
29	006/2009	A. H. GARCIA & CIA LTDA. 03.813.673/0001-59	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da Delegacia do DPF em Ji-Paraná/RO	11/07/2009	12/07/2010	67.491,60
30	007/2009	VIPAL AUTO PEÇAS LTDA. 02.393.563/0002-01	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da Delegacia do DPF em Vilhena/RO	11/07/2009	12/07/2010	62.647,00
31	008/2009	CARLOS J. DOS SANTOS ME 05.592.845/0001-37	Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças da Delegacia do DPF em Guajará-Mirim/RO	11/07/2009	12/07/2010	61.744,00
32	014/2008	TESACOM DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA 07.984.195/0001-09	Serviços de telefonia móvel satelital	01/01/2009	31/12/2009	10.000,00
33	015/2008	PONTE AEREA VIAGENS E TURISMO LTDA-ME 00.729.367/0001-40	Fornecimento de passagens aéreas e terrestres	01/01/2009	31/12/2009	686.904,10
34	016/2008	TICKET SERVIÇOS S/A 47.866.934/0001-74	Manutenção preventiva e corretiva de veículos controle e gerenciamento	01/01/2009	31/12/2009	630.355,00

35	009/2008	L F IMPORTS LTDA 03.483.599/0001-50	Manutenção dos veículos da marca Mitsubishi durante o período da garantia em Porto Velho/RO	28/09/2008	27/09/2009	60.002,28
36	010/2008	L F IMPORTS LTDA 03.483.599/0004-00	Manutenção dos veículos da marca Mitsubishi durante o período da garantia dos veículos do DPF localizados na Roosevelt em Pimenta Bueno/RO	28/09/2008	27/09/2009	58.802,94
37	013/2008	L F IMPORTS LTDA 03.483.599/0003-11	Manutenção dos veículos da marca Mitsubishi durante o período da garantia dos veículos do DPF localizados na Delegacia de Vilhena/RO	28/09/2008	27/09/2009	13.067,32
38	019/2008	HÉLIO TSUNEO IKINO EPP 04.287.991/0001-96	Construção da UTEC na Delegacia do DPF em Vilhena/RO	05/01/2009	04/07/2009	114.432,40

4 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

– não ocorreu no período –



5 – INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR - 2009

Quadro 21 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
200378				
2008	21.239,69		15.473,53	5.766,16
2007	264,13			264,13
200379				
2008	2.866.410,00	25.295,46	2.840.724,00	
2007		59.194,06		28.175,41
Restos a pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
200378				
2008	817.931,28		238.997,93	817.921,38
2007	1.878.355,49		252.544,14	1.625.811,35
200379				
2008	2.866.409,65	25.294,75		2.928.484,37
2007	7.474.970,54			7.474.970,54
Observações:				
Decreto nº 7.094 de 03 de fevereiro de 2010				

Fonte: SIAFI Gerencial

Justifica-se a inscrição dos valores em restos a pagar processados e não processados em face do contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridas no exercício imposto pela Coordenação de Orçamento e Finanças do DPF que, mesmo tendo expedido declarações orçamentárias em processos de contratação, não disponibilizou os recursos financeiros correspondentes ao final do exercício em alguns casos, incorrendo assim em conseqüências sobre os resultados planejados.

6 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Quadro 22 - Recursos Mediante Convênio

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data vigência)	Objeto da avença	Valor Total pactuado	Valor recebido transferido exercício	Total ou no	Beneficiário (Razão social e CNPJ)
Convênio 001/2008	632279	08475.001654/2008-41 - Termo Aditivo 02/2009 28/07/2009 a 27/07/2010	- Realização de convênio com instituição de ensino ou agente de integração visando a realização de estágio e concessão de bolsa estágio a estudantes de nível superior, de ensino médio, de educação profissional ou de educação especial	20.000,00	9.081,63		Centro de Integração Empresa Escola – CIEE: CNPJ 61.600.839/0001-55

7 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



8 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

- Não se aplica -

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



10 – OPERAÇÕES DE FUNDO

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



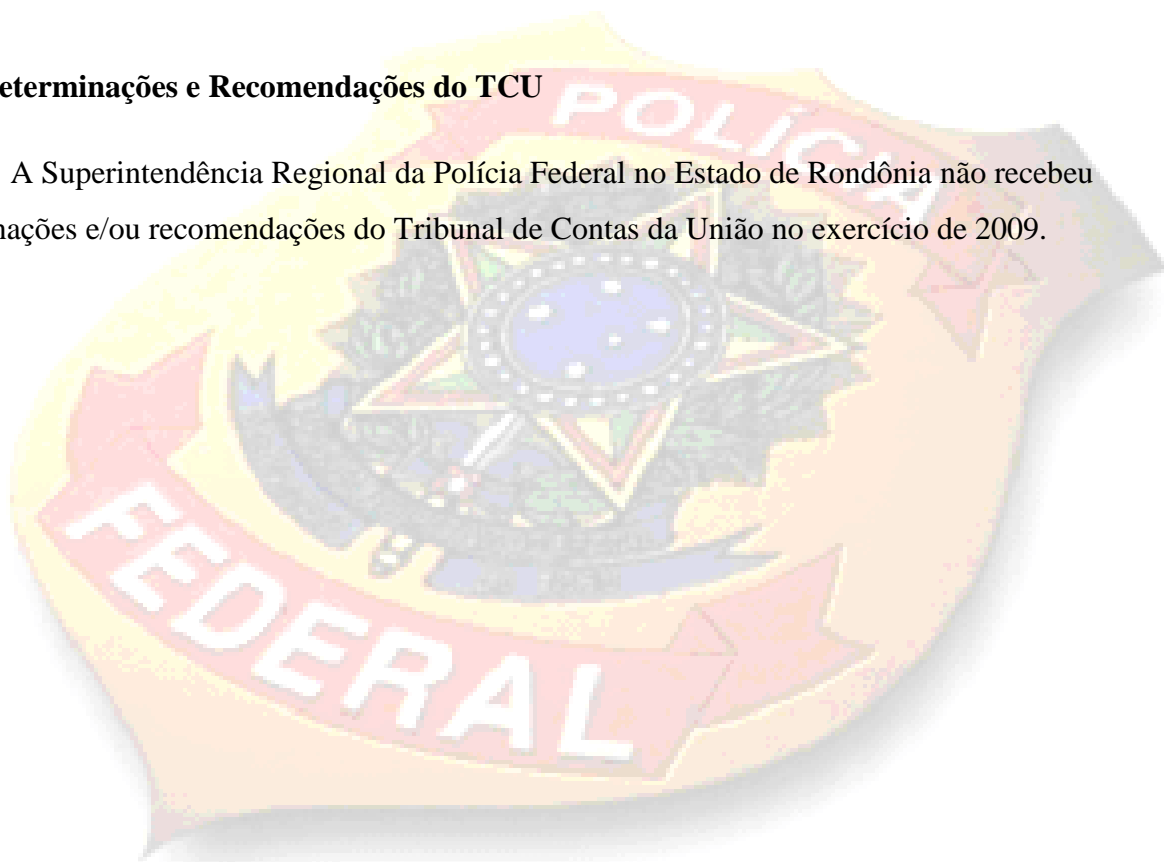
11 – DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 – Recomendações da CGU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não teve recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União em Rondônia no exercício de 2009.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia não recebeu determinações e/ou recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2009.



12 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS EM 2009

– Não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, a CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL PELOS CONTRATOS E CONVÊNIOS**Quadro 23 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos**

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UG's:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Rondônia		200068 – 200378 e 200379	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, esta Superintendência teve vigente o Termo de Convênio nº 001/2008 no exercício sob análise.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Contratos de Repasse e Termos de Parceria, esta Superintendência não firma contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, por tratar-se de atribuição do Órgão Central.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho	Data	30 de março de 2010
Responsável	LAIRA GIACOMETT DE CARVALHO DOMINGOS	Matrícula nº	11.790

14 – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Através da coleta de dados junto as Delegacias, Setores e Descentralizadas que compõem a estrutura da Superintendência da Polícia Federal em Rondônia, observamos o relato de dificuldades pontuais apontadas pelas suas respectivas chefias, dificuldades estas que a unidade vem buscando minimizar, ou eliminar, durante a gestão. Merece destaque, no entanto que estas chefias abordaram a problemática da carência de recursos humanos, principalmente da área meio, servidores do Plano Especial de Cargos, como um dos principais problemas enfrentados para cumprimento de suas tarefas.

É de conhecimento público que o último concurso para o preenchimento de vagas na área administrativa ocorreu a mais de 06 (seis) anos e que muitos dos servidores aprovados e nomeados naquele concurso já deixaram o órgão em busca de melhores remunerações, quer seja na iniciativa privada, quer seja em outros órgãos da administração pública.

No tocante aos servidores da área meio, entendemos como medida de maior relevância, a abertura de concurso público visando repor as vagas decorrentes das remoções, vacâncias e aposentadorias, estas cada vez mais constantes. No mesmo passo da necessidade anterior, está o aumento da remuneração da categoria administrativa, valorizando o trabalho destes, bem como programas de qualificação contínua, dinamizando a execução das tarefas. No que concerne à área meio e fim, ambas necessitam da implantação de programas que proporcionem bem-estar físico e psicossocial.

Nesse sentido, vale lembrar que a Direção Geral da PF vem envidando esforços junto aos canais competentes para solução de mais essa demanda.

Por fim, sugerimos a criação e concessão de gratificação por lotação em área de fronteira, bem como as Funções Comissionadas Técnicas, englobando a todos os servidores do DPF neste estado, objetivando conter a grande demanda de remoções.

Porto Velho, 30 de março de 2010.



LAIRA GIACOMETT DE C. DOMINGOS
AADM – MAT. 11.709
CHEFE SELOG/SR/DPF/RO



CEZAR LUIZ BUSTO DE SOUZA
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENTE REGIONAL

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 24 - Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código das UG's:	
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal - RO		200378 e 200379	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	18/02/2010
Responsável	GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n°	DF-12534/O-8